

/2024 MENSAGEM N°

Senhor Presidente.

PROTOC Data: 09/0 Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1stdo art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 95/2023 que "Altera os dispositivos da Lei Complementar nº 7, de 18 de julho de 1991, que institui a Lei Orgânica da Advocacia Geral do Estado de Alagoas, e dá outras providências.", pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei Complementar nº 95/2023, a imposição prevista no inciso IX do art. 2º impossibilita sua sanção integral, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte. inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

O inciso IX do art. 2º do prospecto legislativo já foi objeto de deliberação parlamentar pelo Poder Legislativo Estadual, tendo em vista que o mencionado dispositivo foi inserido no ordenamento jurídico por meio da Lei Estadual nº 9.127, de 22 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas - DOE/AL em 26 de dezembro de 2023, possuindo erro material evidente.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar, em parte, o Projeto de Lei Complementar nº 95/2023, especificamente o inciso IX do art. 2º, por inconstitucionalidade material, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

O LESSA SANTOS

Vice-Governador no exercício do cargo de Governador

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual

NESTA